

# 'Moderados' mantêm articulação

BRASÍLIA — Com duas vitórias acumuladas até agora na Constituinte, o grupo dos "moderados" que integrou a Comissão da Ordem Econômica começa, esta semana, a articular a formação de um novo "rolo compressor" para garantir a aprovação de suas propostas no plenário. Na Comissão de Sistematização, que deverá apenas reordenar as propostas, sem alterar o conteúdo, eles acreditam ter condições de impedir que sejam acolhidas emendas que alterem substancialmente o relatório aprovado pela Comissão da Ordem Econômica.

— Nosso trabalho não terminou. Ao contrário, começamos agora. Ain-

da tem muita coisa pela frente e muitas etapas a percorrer — disse Irapuan Costa Júnior, autor do substitutivo aprovado para o capítulo dos Princípios Gerais da Ordem Econômica.

O coordenador da bancada do PMDB, Deputado Marcos Lima (MG), já começou a fazer o levantamento dos votos que o grupo "Centro Democrático" tem na Comissão de Sistematização e no plenário da Constituinte. Ao final da sessão da Ordem Econômica, sábado, quando o seu grupo, aliado aos "moderados" do PFL e do PDS, derrubou integralmente as propostas do Relator Severo Gomes (PMDB-SP), ele afirmou

que esta facção do seu partido manterá aliança até o final da Constituinte.

O Senador Severo Gomes, que tentou negociar com os "moderados" para tentar aprovar pelo menos parte do seu relatório, está desiludido com a Constituinte. Durante toda a sessão da Ordem Econômica em que suas propostas foram derrotadas, ele reafirmava que seu relatório procurou a conciliação, pois aproveitou diversas emendas apresentadas pelos "moderados".

Severo está descrente até mesmo do sucesso das conversas que serão mantidas entre os Presidentes do PMDB e da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, e do PFL, Sena-

dor Marco Maciel, com o objetivo de evitar posições radicais, tanto da direita como da esquerda, a partir de agora, e principalmente no plenário da Constituinte. Esta orientação foi dada a Maciel pelo Presidente José Sarney, que está preocupado com o risco de a Constituinte produzir um texto final desafinado com os anseios da sociedade, levando o povo novamente às ruas como ocorreu na campanha das Diretas já, em 1984.

— Eu ainda tenho alguma esperança no plenário da Constituinte. Mas há muito dinheiro correndo por aí na defesa de interesses poderosos, como é o caso da Fiesp e da UDR — disse Severo Gomes.



Roberto Campos e Delfim Netto comandam a articulação dos "moderados"

Foto de Gilberto Alves



Microfone feriu Haroldo

## Exploração mineral pode ser liberada

BRASÍLIA — Se a Constituinte adotar as propostas que a Comissão da Ordem Econômica encaminha hoje à Comissão de Sistematização, a nova Carta poderá produzir efeitos que vão desde a nacionalização de todas as empresas multinacionais que operam no País (pois passarão a ser consideradas empresas nacionais), à abertura ao capital estrangeiro da exploração mineral, inclusive em áreas indígenas e de fronteira, até a comercialização de todo o litoral, a partir da extinção da enfiteuse da União.

São os seguintes os principais artigos aprovados e suas conseqüências:

**Definição de empresa nacional** — O artigo 3º estabelece que "será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle de capital esteja, em caráter permanente, exclusive e incondicional, sob a titularidade de pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País, ou por entidade de direito público interno".

**Efeitos** — Não obriga que a empresa seja de propriedade de brasileiros natos ou naturalizados, não exige que o capital majoritário seja nacional, que seja constituída sob a égide das leis brasileiras e nem que a matriz e o centro de decisões estejam em mãos de brasileiros ou mesmo no Brasil. Desta forma, toda empresa que opera ou que venha a operar no Brasil é considerada nacional para efeito de instalação, operação e desfrute de benefícios e privilégios.

**Risco ao monopólio do Petróleo e minerais nucleares** — O substitutivo aprovado prevê o monopólio estatal do petróleo nos moldes atuais e de minerais nucleares. Mas no artigo 5º, em seu parágrafo 1º, está definido que "a intervenção ou monopólio cessará assim que desaparecerem as razões que o determinaram".

**Efeitos** — Até mesmo o monopólio do petróleo está ameaçado. Basta que se conclua que essa condição não tem mais razão de ser. Resta saber quem decide isso, já que o artigo é omissivo e não remete à lei ordinária.

**Política mineral** — Nos artigos 9º e 10º está previsto que o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de jazidas minerais em faixas de fronteira somente poderão ser efetuados por empresas estatais (nos casos da fronteira) ou empresas nacionais (em ambos os casos).

**Efeitos** — Como a definição de empresa nacional prevista no artigo 3º é muito ampla, o substitutivo libera a exploração das riquezas minerais do País ao capital estrangeiro, sem qualquer limitação.

**Enfiteuse** — A Comissão aprovou a extinção do instituto da enfiteuse, bem como os direitos e obrigações dela decorrentes em imóveis urbanos públicos e de pessoas físicas e jurídicas de direito privado.

**Efeitos** — A proposta atende aos interesses dos especuladores imobiliários. Com o fim da enfiteuse em todos os níveis, todo o litoral brasileiro, bem como as margens dos grandes rios que hoje pertencem à Marinha estão liberados para a especulação imobiliária.